

## VI COLÓQUIO QUAPA-SEL

### A INSERÇÃO DO NOVO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DA USP NA CIDADE DE SÃO CARLOS: CONVERGÊNCIAS E DISSENSÕES NA CONSTRUÇÃO DE UMA PAISAGEM EXEMPLAR.

Luciana Bongiovanni Martins Schenk  
Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos, USP  
lucianas@sc.usp.br

#### RESUMO

A inauguração do chamado Campus 2, da Universidade de São Paulo, trouxe uma informação a mais para um dos vetores de desenvolvimento da cidade de São Carlos apontados em seu plano diretor. Fruto de uma doação de parte de uma propriedade rural, a área revela fragilidades e potencialidades meio-ambientais e de construção de paisagens. O novo campus teve seu plano e projeto engendrados a partir de questões que buscavam inseri-lo dentro de premissas contemporâneas, com qualidades como as de *sustentabilidade* e *inclusão social*. Contudo, o desenvolvimento desse processo parece não resistir aos comuns conflitos da cidade; muros e cercas, guaritas e segurança particular foram acionados para assegurar o patrimônio da universidade. A própria qualidade das implantações, ocorridas até o presente momento, testemunham a pouca visibilidade de um desenho ambientalmente engajado. Esse artigo observa essa ocupação, tendo em vista o horizonte de uma universidade pública de excelência, que pretende atuar como referência não apenas no que diz respeito à produção de conhecimento, mas também na configuração de seus espaços. Ele também reflete criticamente acerca da produção de uma paisagem.

Palavras chave: Paisagem, Campus-Universitário, Sustentabilidade

#### ABSTRACT

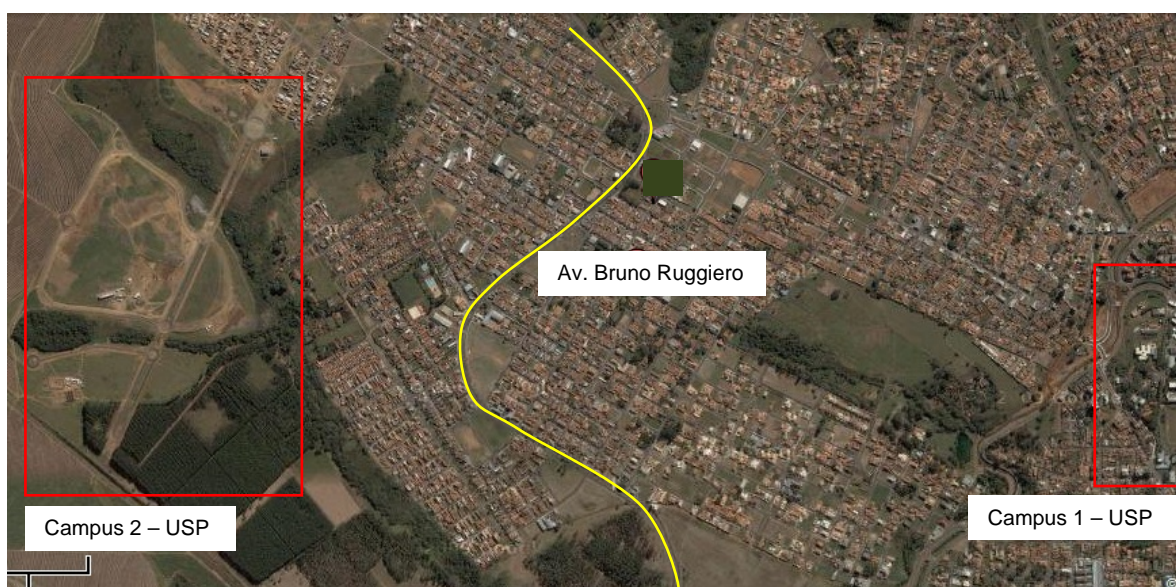
The inauguration of the so-called Campus 2, University of São Paulo, brought some more information to one of the development vectors pointed on the master plan of São Carlos city. The result of a donation of a rural property part, the area reveals weaknesses and potential environmental and landscape construction. The new campus had its plan and project forged from issues that sought to insert it within contemporary assumptions, with qualities such as sustainability and social inclusion. However, the development of this process doesn't seem to resist common conflicts of the city; walls and fences, sentry boxes and personal security were called upon to ensure the patrimony of the University. The very quality of campus construction until the present time, testify to the low visibility of a drawing environmentally engaged. This article deals with this process: a public University that wants to show an excellence status, which would act as a reference not only as regards the production of knowledge, but also in a quality setting their spaces. It also deals with the landscape configuration, in a critical reflection.

Key words: Landscape, Campus, Sustainability.

## Introdução

Ao observar a localização desse território do qual participa o Campus 2 da USP São Carlos vemos que ele se inscreve nos limites da cidade, contudo esse limite atualmente se configura como região em franca expansão e, conforme disposto no Plano Diretor da cidade, operaria como um dos vetores de expansão urbana.

O processo de ocupação da área reúne lugares como os Loteamentos Habitacionais (São Carlos 1 e 2), bem como bairros de classe média e condomínios fechados, ocupados por classe social de maior poder aquisitivo.



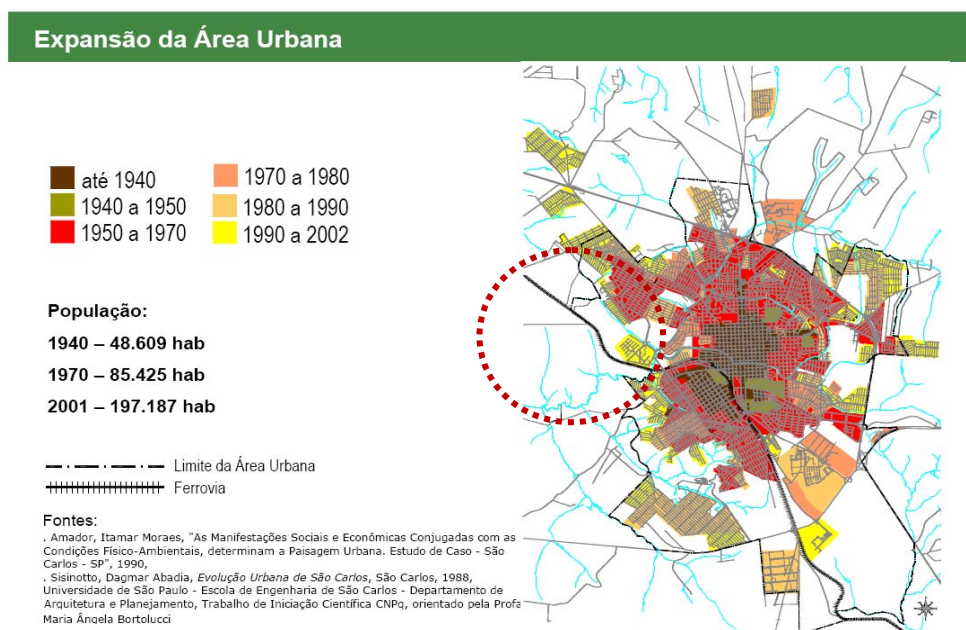
fonte: google earth da cidade de São Carlos, em destaque os campi USP 1 e 2, e avenida Bruno Ruggiero

A paisagem captura e apresenta diferentes tempos e perspectivas de ocupações. As primeiras, relacionadas aos loteamentos populares, referendavam um lugar comum de um período que expulsava para as áreas periféricas as classes sociais menos abastadas. Contemporaneamente, classes de grande poder aquisitivo, e lógicas do capital que a acompanham, terminam por escolher essa mesma geografia para a disposição de condomínios fechados de diferentes tipos, como também serviços, configurados por torres de escritórios, ou o Shopping Center Iguatemi de São Carlos.

A decisão que formaliza o aceite da doação da área do Campus 2 implicaria na convivência dessas diferentes expectativas, conflituosas na cena urbana e que apresenta desafios de inclusão e desenho.

As intenções presentes nos primeiros documentos acerca tanto da escolha da área, quanto das perspectivas de implantação e futura gestão do novo Campus destacam interesses inspirados por postura distinta daquelas que geraram os desenhos dos campi anteriores, fortemente marcados por elaborações modernistas, algo que denotaria a percepção de que ali se apresentava a oportunidade de elaborar uma nova urbanidade. Seus idealizadores pretendiam apresentar um desenho que, atento a questões meio-ambientais, pudesse inaugurar um novo período no que diz respeito à implantação de campi universitários em território brasileiro.

As diretrizes gerais de implantação reuniam três chaves: a primeira que afirmava a disposição de construir um campus sustentável, pela utilização de materiais e técnicas poupadoras de energia e aplicação de políticas atentas ao chamado *princípio dos três erres*, (Redução / Reciclagem / Reutilização); pela preservação das matas existentes e adaptação às condições climáticas locais, bem como à eliminação de todos os tipos de barreiras arquitetônicas. Como segunda das chaves a ideia de desenvolver um processo de planejamento aberto, participativo e continuado que seria construído graças à interlocução com a comunidade universitária, (professores, pesquisadores, funcionários e alunos), e a população da cidade, em especial a vizinhança do Campus. A terceira das chaves pretendia redefinir a relação Campus – Cidade, e essa intenção passava pela proposição de um lugar que se tornaria um parque público com equipamentos para o uso pela comunidade<sup>1</sup>.





## Contexto, recorte e paisagem

Originalmente todo esse trecho da cidade que é vizinho imediato do Campus 2 surge sob a forma de um loteamento de 146 hectares denominado Jardim Santa Felícia, projetado em 1968 em parte de uma fazenda. Uma via histórica já então presente possibilitava a ligação do Município de São Carlos e Araraquara, a Miguel Petroni, que atravessa e estrutura o empreendimento.

A divisão primeira se dá sob a forma de grandes lotes, (300m<sup>2</sup>), tendo como alvo uma possível expansão urbana extensiva, de baixa densidade e médio poder aquisitivo. Com o passar do tempo, o loteamento sofre processo de fragmentação e desmembramento de lotes, uma vez que a expectativa do público esperado não se confirma, e dele nascem outros bairros mais populares como a Chácara Santa Cruz, Santa Angelina, e os Loteamentos Habitacionais São Carlos 1 e 2 já mencionados. Toda essa ocupação se dá ao longo de vinte anos e permanece com vazios urbanos até os dias atuais.



Foto aérea do Jardim Santa Felícia, em implantação em 1969 (esquerda), e já em fase de ocupação, em 1979 (direita). Fonte: arquivo SMH DU/PMSC.

É a partir de 1990 que outro processo de ocupação passa a ser desencadeado; novas propostas de parcelamento, em glebas vizinhas ao loteamento primeiro, e que incluem os chamados condomínios fechados, começam a aparecer na cidade dando-lhe nova configuração.

Esse desenvolvimento coloca em proximidade, num dos lados que conforma o perímetro da cidade, um lugar que reúne distintos fenômenos da expansão urbana contemporânea da cena urbana brasileira, inclusive aquela que associa a aceleração do fenômeno de expansão à instalação de uma instituição, no caso uma universidade; esse território explicita o conflito e a convivência de diferentes atores, o que nos leva à definição de meio ambiente: este reúne meio físico e ação humana, sendo fruto dessa interação <sup>ii</sup>. A paisagem será

assim, a expressão fenomênica dessa interação, a atualização de diferentes tempos e passagens.

No intuito de promover uma melhor compreensão do território no qual se instala o Campus 2, utiliza-se em primeiro lugar uma estratégia de aproximação e recorte através da unidade geográfica das bacias.

A Bacia Hidrográfica do Mineirinho, da qual participam os bairros e condomínios em questão, teve recente ocupação. O crescimento da cidade de São Carlos nas décadas subsequentes à inauguração do bairro de Santa Felícia terá seu vetor apontado para o lado oposto, justamente para regiões de maior fragilidade ambiental, que recebem severas restrições do plano diretor vigente. As cartas de mapeamento geotécnico desse plano, por sua vez, indicam as áreas da região da bacia do Mineirinho não apenas como adequadas, mas também indicadas ao assentamento urbano e crescimento da cidade.

São Carlos é um município digno de nota no que diz respeito ao quesito água. Situado no divisor de águas do Estado de São Paulo, detém a totalidade da captação de sua água dentro do próprio município, que participa da composição do Aquífero Guarani. Contudo, essa informação, um trunfo ambiental nos dias atuais, ainda permanece nublada como norte na construção de políticas e diretrizes de implantação de espaços urbanos, livres ou edificados. O que se assiste é a ação da legislação ambiental, que determina metragens através de distâncias a serem respeitadas em relação aos corpos de água, mas não constrói espaços livres qualificados através dessa disposição.



fonte: google earth da cidade de São Carlos, em destaque o Campus 2 da USP

A gleba original do loteamento Santa Felícia estaria quase na sua totalidade inserida nessa bacia. A presença de córregos e pequenos cursos de água não compareceram como questão relevante no primeiro desenho de 1968, a não ser, como se poderia pensar, como limite, ocasionalmente visível em fundos de lotes, enfim, corpos de água percebidos como problema, área não loteável. As ocupações subsequentes, o que inclui os condomínios fechados, mantém a mesma percepção, reiterando o pouco valor, ou pior, a atribuição de má qualidade aos lugares nos quais a presença da água seria associada a locais insalubres, ou passíveis de desastres e pouca segurança.

A paisagem dessa área passou ao longo das últimas décadas por profunda modificação, mudança essa que se acelera quando se instala o novo Campus Universitário da USP em São Carlos a partir de 2001. A presença de córregos e nascentes suscitaria a argumentação pelo desenvolvimento de um desenho que expressasse a convergência com ideais contemporâneos relacionados ao meio-ambiente e sua conservação; o objetivo era aquele que procurava pelo desenho exemplar, em relação não somente aos corpos de água, mas uma totalidade que incluísse os percursos, a qualidade da vegetação utilizada, os tipos de transportes, as arquiteturas, entre outros; um laboratório de ideias e possibilidades a ser experimentados na realidade brasileira.

Uma nascente está presente no Campus 2, outras duas estão bastante próximas e suas águas participam da várzea do território do campus que se desenvolve em suave aclive; trechos de mata ciliar são ladeados por terras que até pouco tempo eram ocupadas por pastos e plantações de cana de açúcar. Essas duas nascentes estão na malha urbana, mas a proximidade do campus e as diretrizes originais levaram aos responsáveis pelo desenvolvimento da área a incluir no desenho e na gestão a nascente do Córrego Mineirinho e sua mata <sup>iii</sup>. Desse modo, a compreensão do Campus extrapolaria seus limites, alicerçado numa percepção mais próxima de uma leitura ambiental do território. Naturalmente essa seria uma ação cuja intenção teria antes de tudo significado simbólico, algo que o tempo poderia revelar em sua plenitude.

O córrego do Mineirinho passa na várzea do Campus 2 da USP de São Carlos; em seu desenvolvimento, segue atravessando trechos urbanos ainda não consolidados, ladeia loteamentos populares e condomínios fechados, e termina por desaguar junto a um importante encontro de rios da cidade: o Gregório que cruza a região central, e o Tijuco Preto, que passa em frente ao primeiro Campus da USP, local onde recebe as águas de outro rio, o Monjolinho <sup>iv</sup>.

A par da definição pelos corpos de água, no que diz respeito às vias, duas avenidas estruturam o território, construindo os acessos ao Campus Universitário. A atual Avenida

Miguel Pretoni mantém sua vocação original de ligar os bairros que se formaram a partir do loteamento do Jardim Santa Felícia, cumprindo ainda o importante papel de interligação com outras partes da cidade. O mesmo se dá com a Avenida Bruno Ruggiero, responsável pelos acessos vindos da várzea do Mineirinho, próxima aos condomínios. Em termos de disposição geográfica, à montante temos as classes de menor poder aquisitivo e à jusante, as de maior poder aquisitivo, numa ocupação que destoa do comumente observado nos processos de desenvolvimento das cidades. As imagens desses percursos se modificam fortemente, revelando as diferentes vizinhanças pelas quais atravessa, contando parte desse processo através da sua paisagem.

Ao longo de toda a extensão da Avenida Bruno Ruggiero, a existência de muitos espaços livres testemunha a pouca idade dos empreendimentos e uma latente ausência, como se tudo ali permanecesse à espera do tempo e uso que lhe atribua significado. É justamente sobre esse aspecto, relacionado às significações, especialmente ao hiato entre as disposições verbais, escritas, e o fenômeno, que se estabelece parte da argumentação.

Quando finalmente se adentra os portões do Campus 2, nos deparamos com uma paisagem que não corrobora das premissas encontradas em suas diretrizes. A avenida de amplo leito carroçável, interceptada por rotatórias de grande magnitude, sem o desenho de ciclovias transpõe o córrego em ponte construída com estrutura pré-moldada que altera hidrologia; edifícios isolados testemunham acessos distantes e inóspitos, estacionamentos dispostos em linha tomam toda a frente dos edifícios, a proposta de implantação de um lugar de lazer e descanso no limite/contato do Campus com o bairro foi substituído por uma cerca, as guaritas, cancelas e seguranças particulares se apresentam, e restringem acessos.

A realidade põe à prova e contraria as intenções originais, os significados do que se pode experimentar aqui não remetem a qualquer inovação, enquanto participante da cidade, o Campus Universitário 2 da USP ainda reproduz premissas e modelos de meados do século passado<sup>v</sup>.

### **Universidade e Sustentabilidade**

A Universidade incorporou a seus discursos a questão da sustentabilidade. A origem da ideia provém da Ecologia e o termo vem passando por inesgotáveis, e ainda insuficientes, tentativas de definição.

A Ecologia é ciência inaugurada na segunda metade do século XIX, e que estuda a relação entre os seres vivos e seu ambiente. Segundo suas interpretações, o fenômeno observável é aquele que reúne numa síntese meio físico e a interação com seus participantes, uma espécie de *resposta* à captura dos fluxos de energia e materiais existentes em uma bio-região. Muitos teóricos vêm se debruçando sobre essa temática, investigando alternativas

para traduzir essa ideia original em estratégias, possibilidades de projeto; esses autores defendem o fato do *estudo das interações realizadas no meio-ambiente tornar a Ecologia um possível modelo para o desenho sustentável*, (WILLIAMS, 2007). No que diz respeito ao projeto de paisagens em geral, tomar a premissa básica da Ecologia parâmetro é compreender o meio ambiente, meio físico e ações, como *expressão fenomênica de fluxos de energia*, em outras palavras, o que seria possível projetar, seria essa “arquitetura dos fluxos energéticos”.

Essa estratégia relacionada a um conhecimento técnico que calcula os fluxos consegue algum sucesso no que diz respeito à arquitetura de edificações. A ideia de que construções possam ter uma *performance* energética que tenda a uma somatória que reúne consumo e produção é algo que se pode observar em publicações de diversas culturas. Porém, essa perspectiva pode ser bastante redutora no que diz respeito aos territórios e suas lógicas.

Desvendemos nesse momento dois pontos: o primeiro apresentado, que reduz a questão da sustentabilidade a uma questão eminentemente técnico-científica; e um segundo que estreita o significado de meio ambiente sob a perspectiva econômica.

O ideário da comissão Brundtland, que defendeu a partir de 1987 no documento *Nosso Futuro Comum*, uma mudança no processo de exploração dos recursos do planeta determinou a perspectiva do Sustentável como termo articulado ao desenvolvimento da vida das futuras gerações. Há, portanto, nesse período, uma ampliação da complexidade relacionada ao meio ambiente, não se trata de pensá-lo apenas em termos de balanços entre meio físico e uso, ao meio ambiente sustentável se inscrevem ações e decisões numa perspectiva ética, de responsabilidade e cumplicidade para com as futuras gerações.

A par de também essa resolução ter sido objeto de crítica por pensadores que creditaram ao documento uma ainda presente redução do meio ambiente à esfera econômica, (MACHADO, 2000), e de também ser possível observar uma singular mudança de tom a partir da década de 90, quando a crítica mais contundente passa a ser direcionada para a qualidade e quantidade de consumo realizado pelo chamado primeiro mundo, o que cabe ressaltar aqui é o quanto esse ideário passa a participar da cultura do mundo.

São as universidades desse mundo globalizado e ligado às redes que passam reservar espaço em suas agendas para a inclusão do termo, bem como a investigação de práticas que distingam suas ações e resoluções. A Universidade de São Paulo se alinha a esse movimento, datando do ano de 2010 a criação da Coordenadoria de Gestão Ambiental, antes Secretaria, que “*nasce com o objetivo de congregar os esforços para que a USP seja uma instituição efetivamente sustentável*”<sup>vi</sup>, atuando em todos os campi da Universidade, identificando necessidades e planos de ação em cada um deles.



O significado deste que se torna um “termo valise”, *sustentável*, e que passa a ser incorporado por todas as instâncias, em especial pela mídia, sofre o natural processo de esvaziamento ocasionado por uma superexposição; porém, a sustentabilidade é desafio conceitual que demanda esforços de investigação. Na contramão daqueles que afirmam sua vacuidade, procura-se delimitar certos aspectos que parecem dignos de nota e que corroboram da perspectiva de ser a sustentabilidade uma questão não apenas relevante, mas fundamental para a sobrevivência humana e do planeta em sua diversidade de ambientes, espécies e paisagens.

### **Paisagem, Sustentabilidade e Universidade**

Para o campo disciplinar relacionado à Paisagem, do original inglês *landscape design*<sup>vii</sup>, as questões relacionadas ao *meio ambiente* sempre foram relevantes; embora a terminologia ainda não houvesse adquirido a configuração atual, as informações expressas pelo meio físico, tanto quanto as formas de uso, (em especial aquelas que participariam da formação do homem moderno, do cidadão habitante das grandes cidades), eram vitais para a elaboração de projetos desde sua origem, com pioneiros do desenho de sistemas de parques como Frederick Law Olmsted, ou posteriormente Jean-Claude Nicolas Forestier.

Contudo, as chaves estéticas às quais se ligavam esses expoentes ainda estavam fortemente relacionadas aos séculos XVIII e XIX, existindo desse modo um claro descompasso entre a imagem do lugar e os ideais que os criavam<sup>viii</sup>. O meio ambiente e uma outra perspectiva da paisagem esperariam por quase meio século até serem elaborados pelo Moderno enquanto imagem; nesse processo subsiste a especial congruência entre projeto e lugar, numa linguagem relacionada ao meio ambiente, mas alicerçada em nova sintaxe, associações que serão motores de projetos como os de outro pioneiro, brasileiro, Roberto Burle Marx<sup>ix</sup>.

O amadurecimento da noção de meio ambiente é decisivo ponto de inflexão no campo de atuação da Arquitetura da Paisagem na passagem dos tempos modernos para o período contemporâneo. A ciência da ecologia e os métodos científicos relacionados à sistematização de informações tornaram as produções mais complexas e implicaram na necessária interdisciplinaridade da profissão<sup>x</sup>.

As bases de dados reuniram regiões e territórios, despertando diferentes alternativas metodológicas em seus expoentes<sup>xi</sup>. Projetar a paisagem passaria a ser, descobrir meios capazes de articular todas essas informações: da interpretação de cartas com dados físicos, das informações ambientais diversas como a vida animal e vegetal existente, lençóis freáticos e corpos de água, às alternativas de desenvolvimento e usos pensados para a área. Dessa estratégia original, ao direcionamento para bases contemporâneas

compreendidas como sustentáveis, (a saber, economia de meios, a obtenção do máximo de benefício com o mínimo de esforço e energia, a disposição da diversidade, o caráter didático dos projetos trazendo visibilidade aos processos que sustentam a vida), tem-se um desdobramento de uma ideia matriz do campo disciplinar que pretendeu reintegrar, ultrapassar a dicotomia, entre seres humanos e natureza <sup>xii</sup>.

As bases de um ideário sustentável para o território seriam lançadas uma vez mais a partir do campo disciplinar da paisagem, porém, é preciso assinalar, existe uma potencial perda nesse processo. Quando o modo de compreender a realidade se tornou crescentemente científico, fruto de uma sistematização inerente aos tempos modernos, uma certa racionalidade foi responsável pelo emudecimento de outras formas de conhecer e significar, (HABERMAS, 1980 / ROUANET, 2003). Essa lógica tem consequências devastadoras no que diz respeito à compreensão e produção de Paisagens, quando suas qualidades artísticas passaram a ser subsumidas como correlatas, ou inerentes à técnica.

Esse movimento contamina as ideias de Natureza e Paisagem com o ideário de meio-ambiente: a *beleza* de um projeto estaria no fato dele ser sustentável, ou atender a demandas ambientais; essa lógica expressa uma construção realizada por uma das faces do desenvolvimento científico, (CAUQUELIN, 2007), em outras palavras, as valências estéticas de um lugar seriam reduzidas e tomariam perigosamente a forma daquilo que se mostra como ambientalmente adequado.

Segundo Anne Cauquelin, as questões se tocam; natureza, paisagem e meio-ambiente dialogam, mas não se equivalem. A equivalência é uma operação com pretensas dimensões culturais, que implica numa *redução da paisagem em sua poética e estética como questões menores*, ou mesmo desprovidas de sentido, *estetismo inútil*.

Isso retoma a ideia de significação apresentada anteriormente: há uma perda vital nesse movimento que passa a subsumir todo processo produção de um lugar urbano, de uma paisagem, sob a lógica do sustentável compreendido a partir da matriz ecológica <sup>xiii</sup>, (MERLEAU – PONTY, 2000).

O desdobro atual desse processo que se dá ainda fortemente informado pelo primado da técnica, apresenta o termo *sustentabilidade* como a chave na elaboração de projetos da paisagem, que incluem parques e praças, espaços livres e edificados, públicos e privados; ser sustentável parece ser justificativa suficiente para defender um projeto, o grande tema na fala atual sobre cidades, regiões, sobre o mundo afinal.

Embora não seja mais possível perder de perspectiva todas as informações relacionadas ao meio-ambiente que contemplam um território, não se pode pensar que a Paisagem e seu projeto a isso se resuma. A Paisagem, desde sua origem esteve sua existência relacionada

à construção de um certo olhar, uma percepção diferenciada e informada pelos campos artísticos, (ROGER, 2000) <sup>xiv</sup>. Poderosa e poeticamente, a Paisagem teceria o liame, o nexo, entre Homem e Natureza, (SILVESTRI & ALIATA, 2001) <sup>xv</sup>.

Quando as diretrizes gerais do Campus 2 são firmadas, as disposições contemplam questões contemporâneas relacionadas à sustentabilidade, participativas e potencialmente atentas ao meio no qual se inscreveria, contudo caberia perguntar, que Paisagem as disposições seriam capazes de gerar mesmo que seguidas à risca?

Sabe-se que até o presente momento o ideal de constituir um espaço exemplar em termos ambientais esbarra na sempre presente argumentação da falta de verbas, questão sempre passível de ser discutida e desvendada. Mas o que nos cabe indagar ultrapassa disposições técnicas, ou mesmo econômicas; o pressuposto da *paisagem exemplar* paira sobre nossas cabeças: ao pretender construir uma universidade contemporânea, brasileira, a Universidade de São Paulo estaria construindo um novo Campus com que qualidades de Paisagem?

Ao campo disciplinar da Paisagem cabe investigar e refletir sobre esse impasse que se relaciona aos campos artísticos atuais, recusando a ideia de que o adequado ambientalmente constitui a qualidade estética e não se furtando em debater quais seriam as qualidades de experiência implicadas no viver e fruir de seus espaços; grosso modo, quais as formas que essas experiências tomariam, tendo em vista o percurso do próprio campo disciplinar e da ideia de Paisagem <sup>xvi</sup>.

## **Conclusões**

O plano de um Campus é um instrumento, ele cobre considerações sobre todas as informações que participam de sua elaboração, do meio-ambiente à especificações sobre a localização e qualidades dos edifícios, contempla objetivos educacionais e encoraja novos objetivos. Segundo Richard Dober <sup>xvii</sup>, (1963), o plano prevê ações que dizem respeito ao tempo e ao espaço, objetos localizados dentro desse tempo. Quando o autor se debruça sobre a área física envolvida pelo plano, sua preocupação primeira diz respeito às densidades, chamando a atenção para a potencial perda de qualidade que poderia acontecer caso o Campus fosse ocupado, perda especialmente em termos de espaços livres qualificados.

Investiga especialmente o impacto causado na cidade em geral e nos arredores imediatos em especial. Dober cita Frederick Law Olmsted, (que entre suas inúmeras atividades também desenhou implantações de Campi Universitários), que refletia em seus apontamentos sobre aquilo que estava para além da universidade, mas a ela se ligava, a

cidade e seus cidadãos. Nesse sentido, reiterando Olmsted, Dober argumenta sobre os processos decisórios de forma a criar espaços e paisagens que atraíssem população em geral - um aspecto das políticas engendradas pela instituição responsável, não apenas as atividades de extensão e desenvolvimento da comunidade, mas também formas urbanas capazes de promover essas atividades.

Pode-se perceber o quanto essas questões que se ligam à implantação de campi universitários não são novas, o que se assiste é um potencial processo de atualização, que se teria a oportunidade de vivenciar em relação ao Campus 2 da USP. Aqui informação da inauguração de um campus universitário e suas pretensões, imediatamente provoca um recorte que partindo de uma leitura do meio físico se desdobra na direção da paisagem que se constrói, fruto da ocupação humana. Um território multifacetado e complexo; territórios dentro de território, ou fragmentos desses, extensos espaços vazios, e o desafio nas suas definições. Uma paisagem que expressa segregações e ausência de qualidades estéticas relevantes para sua leitura como legibilidade, ou identidade; sua frágil percepção enfim, como algo relevante para a população da cidade em geral e da própria universidade em particular.

Essa reflexão se inscreve nesse desenvolvimento contemporâneo que procura revelar argumentações e justificativas que terminaram por naturalizar certas falas, emudecendo outras; ao mesmo tempo em que participa do esforço de tornar uma vez mais visíveis questões relacionadas à construção de Paisagens que extrapolam o âmbito das ciências e das técnicas, participando de um movimento que busca reativar ideia de Paisagem como construção cultural de natureza complexa, numa clara reação ao esvaziamento de significados. Reativar valências estéticas significa entrar em contato uma vez mais com essa dimensão, a compreensão da paisagem como construção cultural e artística relacionada a uma época, esse liame que tece a relação Homem / Natureza.

## **Bibliografia**

CAUQUELIN, Anne. *A Invenção da Paisagem*. São Paulo : Martins Fontes, 2007.

DAL CO, Francesco et alii. *De los Parques a la región. Ideologia progressista y reforma de la ciudad americana*. In *La Ciudad Americana, da guerra civil ao New Deal*. Barcelona : Gustavo Gili, 1975.

DOBER, Richard. *Campus Planning*. New York : Reinhold, 1963.

MACHADO, Maria Helena F. *Urbanização e Sustentabilidade Ambiental: questões do território*. In *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* n.3, novembro 2000.

MERLEAU – PONTY, Maurice. *A Natureza*. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

MOSSER, Monique and TEYSSOT, George, editors. *The History of Garden Design, the Western tradition from Renaissance to the present day*. Thames & Hudson : London, 1991.

MUMFORD, Lewis. *The Brown Decades, a study of the arts in America, 1865-1895*, New York : Dover, 1971, (1931).

ROGER, Alan. *La Naissance du Paysage em Occident*. In SALGUEIRO, H. (editor/organizador). *Paisagem e Arte*,. São Paulo : CBHA / CNPQ / Fapesp, 2000.

RYCKWERT, Joseph. *A Sedução do Lugar*. São Paulo : Martins Fontes, 2005.

SILVESTRI, Graciela y ALIATA, Fernando. *El Paisaje como Cifra de Armonía – relaciones entre cultura y naturaleza través de la mirada paisajística*. Buenos Aires : Nueva Vision, 2001.

SCHENK, Luciana B.M. *Arquitetura da Paisagem - entre o Pinturesco, Olmsted e o Moderno*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação Departamento de Arquitetura e Urbanismo. EESC – USP, 2008.

SWAFFIELD Simon, editor. *Theory in Landscape Architecture, a reader*. Philadelphia : University of Pennsylvania Press, 2002.

WALKER, Peter & SIMO, Melanie. *Invisible Gardens, The search for Modernism in the American Landscape*. Cambridge, Massachussets : MIT Press, 1994.

---

notas

<sup>i</sup> Esse documento, de autoria do professor doutor Carlos Roberto Monteiro de Andrade, à época do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC, atual Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP, foi assinado por toda a Comissão de Implantação do Campus 2 que reunia além do próprio Carlos Roberto Monteiro de Andrade os professores doutores Hélio Nogueira da Cruz, Dagoberto Mori, Paulo Cesar Masiero, o professor Carlos Reynaldo Toledo Pimenta e o arquiteto Sérgio Luiz de Assumpção.

<sup>ii</sup> A distinção epistemológica elaborada pelo professor Milton Santos, (2002, pág.103), entre espaço e paisagem é aqui apresentada pela proximidade que a primeira guarda das contemporâneas definições de meio ambiente, a definição de paisagem que desdobra a construção do pensador, por sua vez, será construída ao longo do texto: “a ideia forma conteúdo une processo e resultado, a função e a forma, o passado o presente, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como conjunto inseparável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. (...) Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”.

<sup>iii</sup> Até o presente, (2011), momento apenas uma das nascentes externas foi incorporada aos cuidados da USP.

<sup>iv</sup> O Monjolinho tem suas nascentes localizadas na outra universidade pública da cidade, a Federal de São Carlos, num quadro geográfico que une a questão das águas e Universidades.

<sup>v</sup> MACEDO, Adilson Costa. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.



---

<sup>vi</sup> Conforme noticiado pelo site da Universidade de São Paulo em 20 de outubro de 2010:  
[http://www.saocarlos.usp.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=3879&Itemid=161](http://www.saocarlos.usp.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3879&Itemid=161)

<sup>vii</sup> O primeiro curso de *Landscape Design* foi fundado em 1901 em Harvard e teve à frente da iniciativa o filho de um dos precursores do desenho de paisagens do modo como conhecemos, Frederick Law Olmsted.

<sup>viii</sup> Os Parques elaborados por Olmsted inscrevem-se numa matriz predominantemente pinturesca, chave estética originária do século XVIII e que vive um momento de glória sob a pena de Alphand, referência para Olmsted. Forestier trabalharia com Alphand durante parte de sua vida. Muitos autores contudo, demarcam em Olmsted, uma figura fundamental nas origens de um planejamento urbano em bases ambientais. (MUMFORD, 1931; DALCO, 1975; PONTE, *apud* MOSSER & TEYSSOT, 1991 ; SCHENK, 2008)

<sup>ix</sup> “O Moderno representou a falência das figuras e conjuntos de imagens relacionados à produção das artes, fissura aberta ao longo do século XVIII e que demanda todo o século XIX para se configurar com clareza. As preceptivas retóricas que foram a base das formulações perdem seu sentido no transcorrer desse período, e a Natureza, referência sempre presente no universo artístico, terá sua matriz de compreensão também alterada. Esse desenvolvimento, que imprime ao mundo uma nova fonte de validação, a da ciência e da técnica, imprime ao mundo das artes e das representações, outra perspectiva no que diz respeito à percepção da Natureza: a chave dominante não seria mais semântica, mas sintática, não se trata de símbolos que guardam significados, mas de um significado que se apreende de como elementos são arrançados.” SCHENK, Luciana B.M. Excerto de texto *Natureza, Parques e Paisagens* enviado ao Seminário Internacional Urbicentros, realizado em Maceió de 27 setembro a 1º. de outubro de 2011. Publicação integral nos Anais eletrônicos.

<sup>x</sup> O artigo publicado por Hideo Sasaki, professor de *Landscape Architecture* em Harvard, na revista *Landscape Architecture* de Julho de 1950 defende algo que percebe ser fundamental participar dos currículos de então: a necessidade de atualizar o conhecimento da arquitetura da paisagem localizando-a como o projeto e planejamento do meio ambiente, insistindo numa especial atenção para a relação entre os objetos, e não o objeto de projeto isoladamente. Algumas questões relacionavam-se e estabeleciam continuidade com o trabalho de Frederick Law Olmsted. (WALKER & SIMMO, 1994).

<sup>xi</sup> Ian McHarg é personagem referencial da mudança em pauta, escrevendo em 1969 um livro que se tornou paradigmático à Arquitetura da Paisagem: *Design with Nature*. Philadelphia : Falcon Press, 1969. Sua fala reafirma uma *arte que transparece quando a ciência se realiza*. Ao pensar na arte em termos da relação homem/meio-ambiente, McHarg pretende afirmar uma nova filosofia, *um novo Humanismo alicerçado em conexões vitais que passam a ser reveladas através de metáforas operadas pelos Projetos da Paisagem*. Essas metáforas, cuja inspiração aparece a partir do próprio lugar, oferecem-nos, segundo sua argumentação, a chance de pensar ocupações e planos que contrariam lógicas eminentemente econômicas.

<sup>xii</sup> Michael Hough, arquiteto, paisagista e professor, apresenta princípios de projeto para uma cidade sustentável que se tornaram referência para aqueles que trabalham com o Planejamento da Paisagem Territorial. Além do famoso livro *Naturaleza y Ciudad* (1995), merecem destaque também seus outros livros: *City Form and Natural Process* (1984) e *Out of Place* (1990).

<sup>xiii</sup> Nem mesmo a Natureza pode ser compreendida puramente como expressão de fluxos de energia, Maurice Merleau-Ponty apresenta em seu livro outros perfis em sua dimensão, componentes metafísicos que nos sustentam e que construímos ao elaborá-la..

<sup>xiv</sup> “A hipótese que exploro e exponho já há duas décadas é resolutamente culturalista: não há beleza natural, quer se trate da mulher, naturalmente “abominável”, de acordo com Baudelaire, e que deve se “sobrenaturalizar” por meio da arte, quer se trate de nossas paisagens, que são aquisições, ou melhor, invenções culturais, que podemos datar e analisar. Considero, de um modo geral, que toda nossa experiência, visual ou não, é modelada por modelos artísticos.”, ROGER, Alain. *La Naissance du Paysage em Occident*. In SALGUEIRO, H.(editor) *Paisagem e Arte*, São Paulo : CBHA / CNPQ / Fapesp, 2000. p 33.

<sup>xv</sup> SILVESTRI, Graciela y ALIATA, Fernando. *El Paisaje como Cifra de Armonía – relaciones entre cultura y naturaleza través de la mirada paisajística*. Buenos Aires : Nueva Vision, 2001. pp 10 e 11. O livro de Silvestri & Aliata, afirma a Paisagem como sendo esse *grande elemento articulador de temas que aparentemente transcorrem em separado*; sua potência metafórica, seu poder semântico, “*as alternativas do habitar humano que a sensibilidade paisagística ilumina*”, ultrapassam a perspectiva de um significado estritamente sintático, um jogo entre formas, que possa operar como motor em projetos, ou ainda, em termos mais contemporâneos, numa adequação ambiental acertada.

<sup>xvi</sup> *Theory in Landscape Architecture*, (SWAFFIELD, 2002) realiza uma varredura do que já se realizou enquanto elaboração teórica para a arquitetura da paisagem. O livro de Steven Krog presente nos resumos, *Creativ Risk Taking* propõe tornar visível a Arquitetura da Paisagem pelo que potencialmente a distingue e define: sua qualidade estética. Constata ainda que os grandes espaços da paisagem atuais são antes construídos pelos arquitetos de edifícios, ou pelos artistas urbanos e ligados à *land art*.

<sup>xvii</sup> Dober é reconhecidamente um dos grandes teóricos dos Campi Universitários.